



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

### Interpelação oral

A escassez de terrenos é, como sabemos, a maior das limitações ao desenvolvimento de Macau, continuando a ser poucos os recursos de terrenos, apesar dos vários aterros efectuados no passado. Face a essa escassez e à falta de reserva de terrenos para as necessidades da população, verifica-se ainda uma grande quantidade de terrenos abandonados e desaproveitados, um problema de desperdício que estorva o desenvolvimento sustentável de Macau.

Apesar dessa falta de espaço e, ainda, da relação contraditória entre a procura e a oferta de terrenos para projectos de construção para a população, muitos terrenos estão desaproveitados durante muito tempo, e muitos dos que estão desocupados têm graves problemas de higiene devido à sua gestão deficiente, afectando o quotidiano da população adjacente. Foi publicado por uma associação o resultado de um levantamento que abrangeu 495 terrenos da Península de Macau. Nesse estudo, foram descobertos 390 terrenos desocupados, dos quais 295 (75,6%) estão situados no centro, 39 (10%) no sul, e 56 (14,4%) no norte<sup>1</sup>. A classificação segundo a natureza jurídica revela que a maioria dos terrenos desocupados é propriedade privada, havendo 169 (43,3%) terrenos nessa condição. Existem 19 (4,9%) terrenos públicos do

---

<sup>1</sup> A zona Norte abrange a zona a norte da Estrada Marginal do Lam Mau e da Avenida do Coronel Mesquita. A zona Sul abrange a área compreendida entre aquelas duas ruas e a Avenida da Amizade, Avenida Dr. Mário Soares e a Avenida Panorâmica do Lago Nam Van, ou seja, a zona antiga da cidade. A zona Sul refere-se aos novos aterros a sul daquelas três ruas.



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

Governo da RAEM, 76 (19,5%), concedidos por arrendamento, 47 (12,1%), por aforamento, e 79 (20,6%) de natureza jurídica não definida. O mesmo estudo revela também que existem 293 (75,1%) terrenos desocupados com problemas de higiene ambiental, devido, principalmente, a resíduos sólidos (45,7%), a ervas daninhas (43,7%), a estacionamento de viaturas (33,5%) e a lixo (31,1%). O problema da higiene dos terrenos desocupados do centro (78,1%) é o mais grave, estando relacionado principalmente com vegetação (43,2%) e resíduos sólidos (43,2%). Mais, os terrenos no sul estão a ser utilizados para depósito de resíduos sólidos, enquanto no norte, para o estacionamento de viaturas.

É de salientar que, segundo um relatório de investigação sobre a matéria em causa efectuado em 2013, havia 375 terrenos desocupados em Macau. Mas este relatório de investigação sobre terrenos desocupados indica que só na Península de Macau o número deste tipo de terrenos atinge os 390. Ou seja, a par de, nestes últimos anos, o problema de escassez de terrenos não ter sido resolvido, o número de terrenos desocupados não diminuiu, mas, sim, aumentou.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Segundo o referido relatório de investigação, existem 390 terrenos desocupados na Península de Macau, e 43,3% são terrenos de propriedade privada, e cerca de 36,5% são do Governo, ou concedidos por arrendamento e aforamento, sendo mais grave o fenómeno da desocupação de “terrenos de



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

propriedade privada” no centro da Península de Macau. Face ao problema deste fenómeno, de que políticas (por exemplo, de disponibilizar incentivos e de acelerar o processo de apreciação e autorização, etc.) dispõe o Governo para fazer com que o proprietário acelere o aproveitamento dos terrenos? Relativamente a alguns terrenos de propriedade privada com maior dimensão, que reúnem condições para serem desenvolvidos e não têm planos de desenvolvimento, o Governo deve negociar com os respectivos proprietários e, ainda, liderar os trabalhos, dando prioridade ao desenvolvimento daqueles terrenos em projectos de instalações sociais. Vai fazê-lo?

2. Em relação à situação de higiene dos terrenos desocupados de Macau, os das diversas zonas da Península de Macau, independentemente do regime jurídico a que pertencem, encontram-se em situação grave, o que demonstra que o Governo não conseguiu desempenhar os devidos efeitos de fiscalização, mesmo quando tem competências de fiscalização em relação aos terrenos. Na realidade, em relação à questão da higiene dos terrenos de propriedade privada desocupados, o Governo alega muitas vezes a razão: “tendo em conta que se trata de um terreno de propriedade privada, não está no âmbito das competências dos serviços administrativos” para recusar o tratamento da questão. A título de exemplo, temos o problema dos ratos na Rua de Silva Mendes, em Setembro do ano passado. O que merece apontar é o seguinte: os serviços administrativos têm a responsabilidade de tratar das questões de salubridade ambiental; e em relação à salubridade ambiental dos terrenos de propriedade privada, segundo o Decreto-lei n.º 81/99/M, são atribuições dos



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

Serviços de Saúde a defesa da saúde e a prevenção da doença, com o dever de desenvolver os respectivos trabalhos, e nada diz que há lugar a isenção dessas atribuições quando os terrenos ou espaços são privados. Assim sendo, vai o Governo aperfeiçoar o referido Decreto-lei, por exemplo, aditar mais normas sancionatórias, em prol de impulsionar os proprietários dos terrenos a cumprir as devidas responsabilidades?

15 de Fevereiro de 2017

O Deputado à Assembleia Legislativa  
da Região Administrativa Especial de Macau,

Ho Ion Sang